

# *Ministros*

## *vão pagar*

## *despesas*

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O presidente José Sarney sancionou, ontem, projeto de lei aprovado pelo Congresso fixando que os ministros de Estado receberão, a título de despesas funcionais, a quantia de Cr\$ 16.710.610 a partir deste mês. O valor corresponde a cem vezes o maior valor de referência vigente e não se incorpora, para qualquer efeito, aos vencimentos dos ministros. Em razão dessa vantagem, os ministros terão de arcar com todas as despesas de natureza doméstica, decorrentes da ocupação das unidades residenciais e relativas à aquisição de alimentos, pagamento de empregados domésticos e das taxas de gás, água, luz e telefone.

### **TERRAS**

No município mineiro de João Pinheiro, a 400 quilômetros de Brasília, a Justiça julgará recurso de Gil de Barros e mais oito compradores de lotes da Fazenda Santo Antônio do Campo Limpo. Os reclamantes não puderam tomar posse de seus lotes porque estes estavam ocupados pelo deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG).

No jornal Última Hora, de Brasília, foram publicadas declarações de Gil de Barros, o qual afirma: "O deputado José Mendonça de Moraes é dono de uma empresa de reflorestamento, envolvida em vários litígios de terras nos municípios de João Pinheiro, Presidente Olegário e São Gonçalo do Abaeté".

### **CONVITE A REALE JÚNIOR**

O advogado Miguel Reale Júnior será convidado para participar dos trabalhos que resultarão na emenda constitucional que modificará direitos, deveres, competência e prerrogativas do Congresso Nacional. O relator da comissão interpartidária que proporá a emenda, deputado Cássio Gonçalves (PMDB-MG), esteve ontem com o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, dele recebendo orientação nesse sentido. Ulysses entende que Reale Júnior poderá prestar boa colaboração. Entretanto, como a comissão deliberou, anteontem, que não tomará depoimentos de "notáveis" ou dirigentes de entidades da sociedade civil, o jurista, caso aceite o convite como assessor informal, trabalhará em contato direto com o relator e terá entendimentos com o presidente da Câmara.